

## SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL:

percursos na formação profissional

## SOCIAL SERVICE AND SEXUAL DIVERSITY:

professional training pathways

Jaqueline de Melo Barros<sup>1</sup>

Nilza Rogeria de Andrade Nunes<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo compreender como o debate sobre diversidade sexual vem sendo abordado nos cursos de Serviço Social. No âmbito profissional a discussão ganha fôlego com a campanha “O Amor fala todas as línguas”, tendo como ápice a Resolução 489, a qual veda quaisquer condutas de caráter discriminatório e/ou preconceituosas por orientação sexual no exercício profissional. Trata-se de um estudo exploratório de cunho qualitativo realizado junto a discentes concluintes do curso de Serviço Social em uma universidade privada localizada na região do centro-sul fluminense no ano de 2022. Utilizou-se com instrumento para coleta de dados a aplicação de um questionário online. Pretende-se com este estudo contribuir para que esta temática seja incorporada na formação profissional com a densidade requerida, uma vez que o/a assistente social é um/a profissional que tem uma atuação orientada pela defesa incondicional dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual, Formação Profissional, Serviço Social.

### ABSTRACT

This work aims to understand how the debate on sexual diversity has been addressed in Social Work courses. In the professional sphere, the discussion gains momentum with the campaign “Love speaks all languages”, with Resolution 489 as its culmination, which prohibits any conduct of a discriminatory and/or prejudiced nature due to sexual orientation in professional practice. This is an exploratory study of a qualitative nature carried out with students completing the Social Service

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Mestrado em Serviço Social (PUC-Rio); Graduação em Serviço Social (UFF). Assistente Social da Secretaria Municipal de Participação Popular, Diretos Humanos de Marica - RJ. Membro integrante do grupo de pesquisa NEG@s - Núcleo de Estudos em Saúde e Gênero. ORCID: 0009-0001-2565-9157. E-mail jaqmelo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PUC-Rio). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). ORCID: 0000-0002-2208-1054. Email: n.rogerianunes@gmail.com

course at a private university located in the center-south region of Rio de Janeiro in 2022. The instrument for data collection was the application of a online questionnaire. The aim of this study is to contribute to this theme being incorporated into professional training with the required density, since the social worker is a professional whose work is guided by the unconditional defense of human rights.

**Keyword:** Sexual Diversity, Professional Qualification, Social Work.

## **1. INTRODUÇÃO**

O preconceito e a discriminação são fenômenos presentes na sociedade contemporânea e se expressam através de diversas formas na vida da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTQIA+). O universo acadêmico é um frutífero espaço para viabilizar a construção de identidades por estar intimamente relacionado à formação de futuros profissionais

O Serviço Social tem pautado este debate na perspectiva da viabilização dos direitos humanos para esta população através de documentos do conjunto CFESS/CRESS como informativos e resoluções (MENEZES, SILVA, 2017). Para tal, refletir acerca da formação profissional pode resultar em caminhos possíveis para o enfrentamento das inquietações que aqui emergem. Assim, busca-se compreender como o debate sobre diversidade sexual vem sendo tratado no Ensino Superior de Serviço Social. Considerando a formação de futuros profissionais que atuam /atuarão com o público LGBTQIA+ nos remete a refletir como a diversidade sexual possui inserção em algum componente curricular obrigatório, optativo ou é “varrida para debaixo do tapete” ou sucumbida como tantas outras que tem sua abordagem justificada pelo viés da transversalidade?

Este estudo em curso permitirá maior apreensão da relação que se recrudescer na formação deste futuro profissional por meio da estruturação curricular, do perfil do egresso e da prática docente, sendo capaz de identificar as demandas que se apresentam, sejam elas tradicionais ou emergentes.

## **2. AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.*

## **SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional**

O curso de Serviço Social forma profissionais para o exercício de um trabalho orientado por normativas vigentes que norteiam a categoria, como o Código de Ética do Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). O espaço de formação tem na estruturação dos currículos dos cursos a relação teoria – prática como a chave mestra para construção de diretrizes que norteiam o desenvolvimento de profissionais comprometidos com as novas demandas a eles exigidos. Além disso, partilhamos das ideias de SILVA (2003) sobre currículo, o qual representa a formação de identidades e expressa relações de poder, estando longe de configurar-se como um elemento neutro. Por isso a necessidade de analisar como as estruturas curriculares dos Cursos de Serviço Social na Baixada Fluminense-RJ têm sido elaboradas, planejadas e executadas.

A opção pelo Curso de Serviço Social decorre inicialmente ser a área de formação da pesquisadora, e particularmente pela profissão ao longo de sua trajetória sócio-histórica expor crescentes avanços de intervenção na busca pela defesa dos direitos LGBTQIA+, considerando a homofobia como umas das expressões da questão social, considerada objeto de intervenção da profissão.

Enfrentar a homofobia ou qualquer de suas variantes pela profissão [Serviço Social], só se torna possível na medida em que tomamos isto como uma tarefa coletiva, como um componente indissociável do projeto ético-político. A profissão precisa de forma crescente reconhecer a diversidade sociocultural da população demandária de seus serviços. Não há como fazê-lo, todavia, sem uma genuína disposição dos sujeitos profissionais de refletirem sobre as questões de gênero e sexualidade, também produtoras de feridas autênticas e profundas na existência humana (ALMEIDA, 2009, p.139).

Ressaltamos que as necessidades demandadas por esse segmento não se constituem como exclusivas desta categoria, visto que a profissão, em distintos espaços sócio-ocupacionais prioriza a interdisciplinaridade, respeitando os distintos saberes, mesmo que a profissão possua um arcabouço de competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que sejam primordiais neste atendimento. Além disso, a profissão é regida por um Código de Ética pautado, dentre outros princípios fundamentais:

## SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física (CFESS, 1993).

Sendo assim, atrevemo-nos a indagar se o processo formativo vem ocorrendo de forma plural, crítica, com fins emancipatórios ou se a discussão sobre sexualidade reproduz a ideologia dominante, seguindo padrões heteronormativos.

Para Butler (2003) a chamada heteronormatividade consiste na imposição da heterossexualidade como uma norma social, a qual regula a vida social. A obrigatoriedade configura-se como uma exigência inquestionável, a partir da naturalização materializada pela família, mídia, religiões, no Estado e em suas instituições. E esta expressão naturalizada e banalizada contribui para atribuir à sexualidade uma dimensão restritamente privada, uma vez que a dimensão pública é regulamentada, legitimada como natural para a lógica heteronormativa.

E para entender a importância do papel dos gêneros na construção social, torna-se necessário compreender, antes, o significado desse termo tão amplo. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica entre os sexos, que evidencia que este não é único elemento que define as condutas sexuais dos indivíduos. Este termo está inter-relacionado ao que tange à identidade de gênero. No âmbito das ciências sociais, esta é compreendida enquanto uma construção social e cultural do que significa ser feminino e masculino em cada sociedade (JESUS, 2012; COELHO e SAMPAIO, 2014). Nesse sentido, entende-se que o comportamento feminino ou masculino seria construído socialmente, na interação entre o indivíduo e a cultura do qual ele faz parte e não pré-determinado pelo sexo biológico.

Dessa forma, a ideia de masculino e feminino, que é uma categoria de classificação dos seres humanos, forma em cada cultura, um sistema de gênero, uma organização simbólica ou uma forma de significações que relaciona o sexo a elementos culturais relacionados aos valores e hierarquias determinadas socialmente.

## **SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional**

As formas de socialização e de construção da identidade social se constituem por um processo pelo qual os seres humanos, ao afastarem as barreiras naturais por meio do trabalho, aprendem o modo de vida da sociedade a que pertencem suas regras legais, morais, sociais etc. e, em contato com outros homens, desenvolvem a linguagem e as formas de socialização. Este processo constitui o principal canal de transmissão cultural através do tempo e das gerações.

Diante da amplitude da temática convergimos nossas análises a partir da concepção de GALLI e CATELAN (2017), os quais consideram a diversidade sexual: o que se refere às diferentes identidades, expressões de gênero e orientações sexuais existentes. “É uma forma de afirmar que não existe apenas uma maneira de viver a sexualidade e que deixa aberto um espectro possível de identificações que fogem dos padrões tradicionais” (2017, p.19).

Esses sujeitos coletivos vêm ganhando reconhecimento e visibilidade social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, quando a atuação do movimento nomeado LGBTQIA+ (lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexo e assexual) tem possibilitado a afirmação política e o fortalecimento de debates sociais sobre as suas condições de vida e a proposição de políticas públicas voltadas para sua cidadania. No âmbito das Ciências Sociais, a temática conquistou o espaço incentivado por lutas presentes na comunidade de gays, lésbicas, travestis e transexuais aguçadas durante as últimas décadas do século XX.

No campo da educação, em fins da década de 1990, o debate sobre orientação sexual surge nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de forma gradual a partir dos temas transversais, enfatizando o respeito à diversidade nas escolas.

Posteriormente, as práticas de atividades que visavam à equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento ao sexismo e à homofobia têm sua base a partir das ações governamentais presentes no Programa Nacional de Direitos Humanos II de 2002, no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Programa Brasil sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006).

No que tange mais especificamente a Programa Brasil sem Homofobia (PBH): São compromissos na área da Educação: elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de ações voltadas ao respeito e à não-discriminação por orientação sexual e

## **SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional**

identidade de gênero; fomentar e apoiar cursos de formação inicial e continuada de professores sobre sexualidade; formar equipes para avaliar livros didáticos e eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e identidade de gênero; estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e identidade de gênero e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgar informações científicas sobre sexualidade; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o enfrentamento da violência e da discriminação de LGBTQIA+; instituir um subcomitê, com participação do movimento LGBTQIA+, para acompanhar e avaliar a implementação do BSH. (2004, p.22)

Enquanto o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) definia como competência para o Ensino Superior o desenvolvimento de políticas estratégicas de ação afirmativa que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiências, segmentos geracionais e étnico raciais, de gênero, de orientação sexual e religiosa, dentre outros, nas IES (BRASIL/CNDH/MEC, 2006, p.29).

Em contrapartida, o debate sobre diversidade sexual emerge de forma embrionária no Serviço Social, com contornos tímidos e fragmentados nos eventos de caráter acadêmicos a partir de 1995, por meio de apresentações de trabalhos presentes no 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e diante das análises de Oliveira (2010) verifica-se que até 2000 apenas um trabalho abordou a referida temática e somente em 2001 a categoria orientação sexual conquista status de sessão temática denominada “Etnia, Gênero e Orientação Sexual” e a partir disso, constata-se um crescimento da produção, e até 2007, somam-se 21 trabalhos apresentados.

A inserção dessas temáticas no Serviço Social ganha ênfase marcada por críticas e reprovações de alguns segmentos da profissão com o lançamento da campanha "O amor fala todas as línguas: assistentes sociais na luta contra o preconceito" (CFESS, XX). Somente no 14º CBAS (2013), que o debate é contemplado em plenária específica, sob o título Diversidade sexual e identidade de gênero: desafios para o Serviço Social. Em seguida, em 2015, a categoria organizou em São Paulo, o primeiro Seminário de caráter nacional sobre o tema 'Serviço Social e Diversidade Trans', lançando a campanha “Sou Trans, quero dignidade e respeito! ”. O que por sua vez, reforça a necessidade de desdobramento desta temática,

## **SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional**

considerando as mediações que permeiam o assunto, em especial por considerarmos o cenário de agudização do preconceito.

Ao relacionarmos diversidade sexual ao longo do processo de formação profissional, cabe-nos enfatizá-lo como elemento determinante no enfrentamento às expressões da questão social, como a homofobia, já sinalizado anteriormente, e por isso, mostra-se como um desafio a ser desvelado pela educação.

O processo de formação torna-se a base primordial para que essa discussão não tome práticas reducionistas ao focá-la no binômio da homossexualidade e/ou heterossexualidade, pois não se limita a atração com o mesmo sexo, ou sexo oposto, e sim uma expressão natural inerente à sexualidade humana, a qual engendra a questão da afetividade.

Noutras palavras,

As práticas afetivo-sexuais em si possuem uma dimensão, essencialmente, privada. Cada indivíduo na sua singularidade é quem escolhe como vai expressar, sentir, orientar e responder seus desejos e necessidades sexuais.

A prática afetivo-sexual per si supõe, também, a garantia de uma dimensão pública, coletiva com bases históricas e, em dizendo respeito ao ser humano interpela pela garantia de sua objetivação sem interdição de suas múltiplas expressões eróticas que sejam homossexuais, heterossexuais ou bissexuais (MESQUITA, 2001, p.03).

Por essa razão, estabelece-se que a formação acadêmica seja capaz de incentivar o desenvolvimento de habilidades profissionais e a atuação profissional condizente com os princípios fundamentais, possibilitando assim, o rompimento com o conservadorismo ainda tão presente na sociedade e endógena nas profissões.

No caso específico do Serviço Social, vinculamos a formação ao projeto societário almejado pela categoria, que se mantém a luta por outra sociedade, sem quaisquer relações de dominação e/ou exploração. Logo, a compreensão da dinâmica da sociedade torna-se um desafio cotidiano enfrentado por esse profissional a fim de apreender as transformações ocorridas na sociedade, as quais intensificam as desigualdades sociais, bem como a exclusão social dos sujeitos. Buscando contribuir no fortalecimento na luta dos usuários por seus direitos.

## **SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional**

A formação acadêmica tem por incumbência desenvolver habilidades e competências com intuito de contribuir com o processo de ruptura com o conservadorismo presente na sociedade. Destarte, um dos primeiros condicionantes da formação acadêmica em Serviço Social requer a retomada do debate iniciado pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, no que tange a composição dos núcleos fundamentais, a saber: Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social, Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e Fundamentos do Trabalho Profissional.

Tais núcleos são eixos articuladores, os quais “desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas” (ABEPSS, 1996, p.63) e como conectá-los ao debate sobre diversidade sexual.

O núcleo referente aos Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social “implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação” (MEC/CNE, 2002, p.2), diante disso, o profissional apreende o concreto vivido, reconhecendo o sujeito como ser social, respeitando suas particularidades, ao mesmo tempo em que corrobora na luta das classes socialmente discriminadas.

Enquanto o núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira compreender a dialética do modo de produção capitalista e suas relações entre Estado, sociedade civil e classe trabalhadora, bem como as manifestações diversas e a luta pela efetivação de direitos.

Por fim, o núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional supõe uma “capacitação crítico-analítico que possibilite a construção de seus objetivos de ação, em suas particularidades socioinstitucionais para a elaboração criativa das estratégias de intervenção comprometida com as proposições ético-políticas do projeto profissional” (ABEPSS, 1996, p.13). Desse modo, o discente prepara-se para intervir subsidiado pelos conhecimentos da tríade profissional: os fundamentos teóricos-metodológicos, ético-político e técnico-operativos, intervindo de forma comprometida contribuindo para o protagonismo dos sujeitos coletivos.

Mediante a apresentação, mesmo que sucinta dos núcleos de formação, é possível trazer a transversalidade das temáticas, seja nas disciplinas básicas, seja por meio de ensino, pesquisa e/ou extensão, além de outras metodologias apropriadas capazes de contribuir para formação da/o assistente social. Outrossim, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, vincula-se a materialização do projeto ético político profissional, bem como o compromisso grupos socialmente discriminados, além de incentivar a articulação aos movimentos sociais que partilhem da luta por uma nova ordem societária, sem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, geração e condição física.

Nessa trajetória de idas e vindas, apontam-se os avanços pertinentes à incorporação dos temas transversais, seja na criação do GTP (Grupos Temáticos de Pesquisa) intitulado “Serviço Social e Relações de Opressão/Exploração de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade”, e posteriormente, em dezembro de 2014, sugere-se a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo exploratório de cunho qualitativo foi realizado junto a 17 discentes concluintes do curso de Serviço Social em uma universidade privada localizada na região do centro-sul fluminense no ano de 2022. A amostragem intencional composta por aqueles/as que cursaram uma carga horária superior a 80% do curso, tendo como critério de inclusão o cumprimento das disciplinas obrigatórias ofertadas no 4º período, “A questão de gênero do Brasil” e “Expressões da questão social regional”.

Empregou-se como instrumento para coleta de dados a aplicação de um questionário estruturado e de auto-resposta aplicados na modalidade online, utilizando o Utilizaremos a plataforma gratuita Google Forms OnLine.

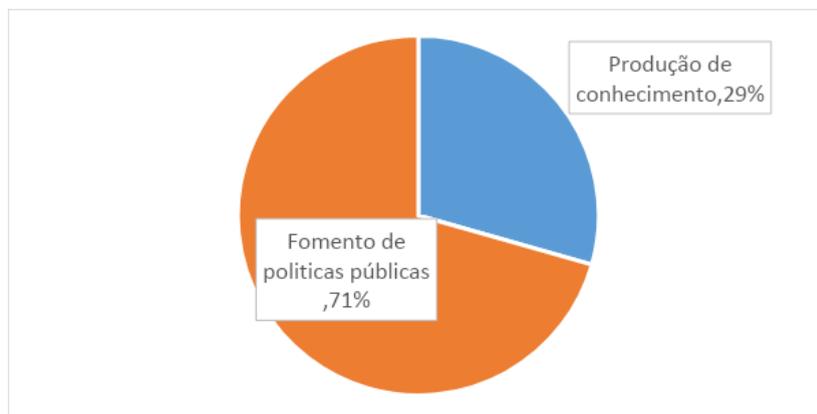
#### **4. RESULTADOS ALCANÇADOS**

A complexidade da temática nos instiga a investigar quais os desafios postos à profissão e como o mesmo se materializa, o que por sua vez fez com que nos debruçarmos sobre como o debate em torno da orientação sexual vem sendo apropriado. Tendo como eixo orientador as questões supracitadas iniciamos nossa investigação buscando verificar o interesse de alunos graduandos acerca da temática, considerando o seu processo de formação profissional.

Constatamos que 100% da amostra considera que a discussão sobre Diversidade Sexual se constitui como uma temática relevante a ser debatida ao longo do Curso de Serviço Social.

Ao perguntarmos como o Serviço Social pode atuar junto ao segmento LGBTQIA+, cerca de 71% dos participantes indicam a viabilização dos direitos, fomentando políticas públicas como campo de atuação do/a assistente social, e 29% apontam a produção de conhecimento, por meio de pesquisas e debates, que por sua vez também contribuem para fomentar políticas e projetos de combate às desigualdades sociais.

Gráfico 1 – Atuação do Serviço Social junto ao público LGBTQIA+



Fonte: As autoras, 2023.

Ao sinalizarmos a necessidade do constante aprimoramento intelectual, nos confrontamos com o desafio da qualificação permanente na direção das lutas defendidas pela categoria, haja vista a necessidade de fundamentação para manter um posicionamento político

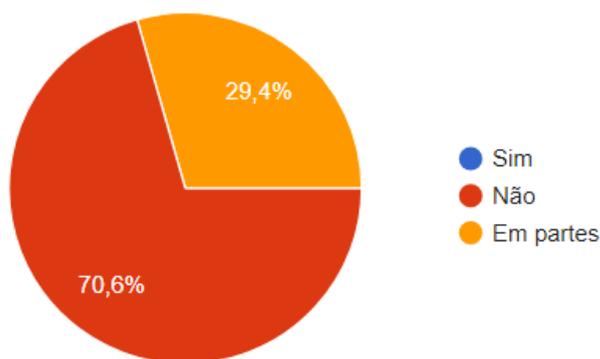
## SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional

capaz de atuar frente às relações de poder. Como parâmetro de análise, utilizamos como referência a campanha “O Amor fala todas as línguas – O assistente social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual”.

Esta foi aprovada em julho de 2006 no 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS, o qual fomentou a discussão sobre a livre orientação e expressão sexual como direito humano, o que incluía viabilizar estratégias de enfrentamento a qualquer tipo de opressão, discriminação e/ou preconceitos decorrentes da orientação sexual. Passados dezessete anos do lançamento da campanha.

Ao questionarmos as/os discentes, nos deparamos com um percentual de 70,6% que não tem conhecimento da mesma.

Gráfico 2 – Conhecimento da Campanha “O amor fala todas as línguas”



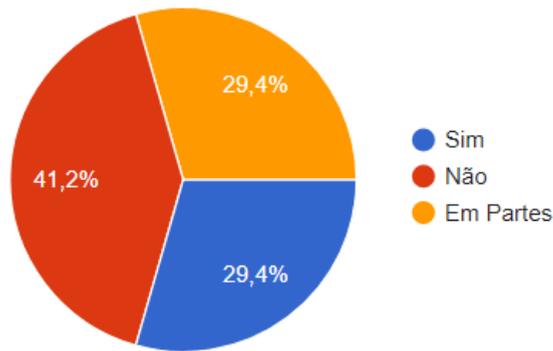
Fonte: As autoras, 2023.

O ápice da campanha foi a aprovação da Resolução 489 de 2006, a qual instituiu normas que vedam quaisquer condutas de caráter discriminatório e/ou preconceituosas por orientação sexual no exercício profissional do serviço social, além de reforçar o dever deste profissional no combate a práticas que violem os direitos humanos, o que se constitui como uma relevante ferramenta de luta contra a homofobia, lesbofobia e transfobia.

Ao analisarmos a análise diagnóstica, verificamos que 41,2% desconhecem a resolução, 29,4% conhecem em partes, seguidos do mesmo percentual que a desconhecem.

Gráfico 3 – Conhecimento da Resolução 489/2006

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.*



Fonte: As autoras, 2023.

Portanto, a Resolução 489/06 “se constitui num importante instrumento de luta para democratizar os espaços institucionais no que se refere à liberdade de orientação e expressão sexual e para estimular o exercício profissional sem discriminar e sem ser discriminado por orientação sexual”. (CFESS/CRESS, 2006, p. 46).

Entretanto, se o profissional não possui o conhecimento da Resolução 489/06, não há a possibilidade de que ele atue frente a esta questão lutando a favor da real efetivação do princípio do Código de Ética que indica que o assistente social deve possuir o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

A questão tratada implica cotejar correntes do urbanismo, explicitando eventuais posições diferenciadas e indicando ao leitor quais são as contribuições específicas do presente estudo. Também se aponta a perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições de áreas distintas do conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação, como um espaço de cidadania nos convoca permanentemente a refletir sobre os temas que evocam a garantia dos direitos humanos. A diversidade sexual traz como premissa o respeito as liberdades e, para tal, é fundamental a desconstrução das estruturas identitárias binárias e excludentes, como homem-mulher e heterossexual-homossexual, produzidas pelo discurso educacional.

## **SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional**

No entanto, a discussão sobre diversidade sexual não é contemplada como uma das exigências contidas na Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC em 2001, contudo, a temática foi inserida nos núcleos de formação instituídos pelas Diretrizes Curriculares de 1996, e possui indicativo da ABEPSS desde 2014, após a criação dos GTP's para que além de uma perspectiva transversal, seja incluída na estrutura curricular em pelo menos um de seus componentes.

Vale ressaltar que, independente do requisito legal, a diversidade sexual é atrelada ao compromisso da categoria subsidiados nos princípios fundamentais e no caso dos cursos de Serviço Social, cuja profissão reconhece a liberdade como valor ético central a/o assistente social compreende a orientação sexual do usuário não é produto de uma escolha e sim resultantes de inúmeros determinantes.

A partir da análise dos dados coletados, foi possível constatar as lacunas existentes no processo formativo e que a presença de disciplinas obrigatórias não garante o aprofundamento necessário para que os/as futuros/as profissionais possam, na sua prática profissional, contribuir para o fortalecimento dos direitos LGBTQIA+.

É preciso fortalecer o compromisso e as potencialidades do Serviço Social como profissão capacitada para trabalhar com o público LGBTQIA+. A profissão possui competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que possibilitam atuar com as diversas demandas da sociedade. Assim, cabe ao assistente social atuar de forma interdisciplinar e participativa, buscando a defesa incondicional dos direitos humanos. Noutras palavras, é assegurar o debate na formação profissional, reconhecendo os direitos da população LGBTQIA+ como respeito a todas as formas de que se deseja estar e viver no mundo.

### **REFERÊNCIAS**

- ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. 1996.
- ALMEIDA, G. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as assistentes sociais. **Revista O social em questão**. RJ: PUC-Rio, v. 20, n. 9, Jul./dez. 2009.

BUTLER, J. **Problema de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. RJ: Civilização Brasileira, 2003

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

\_\_\_\_\_. **Projeto da Campanha O Amor Fala Todas As Línguas – O assistente social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual**. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

GALLI, G.G.; CATELAN, R. F. **Entre equívocos e disputas: conceitos sobre gênero e sexualidade em constante transformação**. In Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Nº 507, Ano XVII, 2017.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador**. Revista Katálysis, v. 20, n. 1, p. 122–129, jan. 2017

MESQUITA, M. **Orientação sexual: experiência privada, opressão privada e pública - um desafio para os direitos humanos** IN Cdrom 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2001

OLIVEIRA, C. A.de. **O debate sobre a diversidade sexual: a contribuição do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e da Revista Serviço Social & Sociedade**. RJ: ESS/UFRJ, Monografia, 2010.

SILVA, T.T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2003.